

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS . . . . .	17
I. DESCAMINHOS E CAMINHOS DESENCONTRADOS DA INTERPRETAÇÃO – O PREFÁCIO ESCANDALISANTE. . . . .	25
1. A racionalidade do efetivo – A efetividade do racional . . . . .	25
2. A Filosofia de Hegel como mina de preciocidades e como gabinete de curiosidades – interpretações deficientes e tentativas de reatualização no Século xx . . .	33
II. A FILOSOFIA DA VONTADE E DO AGIR LIVRES – LINHAS FUNDAMENTAIS E TRAÇADO FUNDAMENTAL . . . . .	39
1. O universo prático. . . . .	39
2. A introdução de Hegel – Esquema dos pensamentos fundamentais: Vontade, liberdade e direito . . . . .	44
3. Espírito e liberdade – A <i>Filosofia do Direito</i> como parte da filosofia do espírito e sua posição no sistema enciclopédico . . . . .	49
4. O espírito livre e a superação do dualismo entre razão teórica e prática . . . . .	53
5. A estrutura fundamental da vontade – A tríade fundamental dos §§ 5-7. . . . .	63
6. A determinação progressiva do modelo fundamental – §§ 8 a 28 . . . . .	74
6.1. A particularidade – Determinidade e arbítrio . . . . .	74
6.2. Determinismo e voluntarismo – Ataques à liberdade da vontade . . . . .	86
6.3 Bem e mal . . . . .	93
7. Os três níveis principais da autodeterminação da vontade livre. . . . .	103

III. O DIREITO ABSTRATO E A LIBERDADE DA PESSOA. . . . .	107
1. A nova teoria filosófica da personalidade de Hegel – O começo da filosofia prática .	107
2. Personalidade e interpersonalidade. . . . .	113
2.1 O direito à personalidade como direito fundamental e como fundamento dos direitos do ser humano. . . . .	116
3. O primeiro momento do direito abstrato: A propriedade . . . . .	119
3.1 Igualdade e desigualdade – A concepção da propriedade comum. . . . .	122
3.2 A propriedade e a formação efetiva do natural . . . . .	124
3.2.1 A autoformação – A tomada de posse do corpo como existência natural imediate da pessoa . . . . .	125
3.2.2 A formação do mundo externo – A propriedade de coisas exteriores . . . .	128
3.2.3 A tomada de posse das coisas elementares . . . . .	128
3.2.4 Uma “prevenção que considera e salvaguarda o futuro” – Esboço para o pensamento da sustentabilidade . . . . .	129
3.2.5 Sustentabilidade natural – A floresta como paradigma . . . . .	132
3.3 A criança . . . . .	136
3.4 O animal. . . . .	137
3.5 O uso da coisa . . . . .	143
3.6 O direito à propriedade espiritual . . . . .	144
3.7 A alienação da propriedade . . . . .	146
4. O segundo momento do direito abstrato: Reconhecimento formal abstrato e contrato	148
5. O teorema da “segunda coação” – Crime e pena – A fundamentação de Hegel de uma teoria moderna da pena. . . . .	151
6. O ultrapassamento necessário da estrutura do injusto . . . . .	160
7. A passagem do direito abstrato à moralidade. . . . .	161
IV – A MORALIDADE – A LIBERDADE DO SUJEITO MORAL . . . . .	165
1. A concepção de Hegel do agir moral – Considerações prévias . . . . .	169
1.1 O vínculo conceitual entre ação genuína e intenção – O ato e a ação . . . . .	170
1.2 Subjetividade e objetividade – Ação como atividade finalística . . . . .	173
1.3 O direito do saber – Agir como ação consciente . . . . .	176
1.4 O direito à consumação da ação – A ação como exteriorização fática da vontade e as consequências do agir . . . . .	179
2. A avaliação das ações. . . . .	180
2.1 A doutrina do juízo de Hegel como fundamento lógico da moralidade . . . . .	180
2.2 A tábua do juízo prático de Hegel como sistema do juízo moral . . . . .	181
3. O propósito e a culpa – A primeira atribuição ou imputação. . . . .	183
4. A intenção e o bem-próprio . . . . .	186

SUMÁRIO

4.1 O direito à intenção – A segunda atribuição ou imputação . . . . .	186
4.2 O bem-próprio ou a felicidade . . . . .	189
4.3 O direito de extrema necessidade como direito humano . . . . .	196
5. O bem e a consciência moral – A vontade boa e o agir bem . . . . .	201
5.1 O imperativo categórico de Kant e o juízo apodítico . . . . .	208
5.2 O sincretismo da contradição do ponto de vista moral – Antinomias do dever perene . . . . .	214
6. A consciência moral . . . . .	222
7. Sócrates e a dimensão crítica da moralidade . . . . .	229
8. A partição originária e o mal . . . . .	231
8.1 As formas do mal . . . . .	237
8.2 O pensamento da forma de vida – A ironia romântica como inversão total do bem . . . . .	239
9. Passagem da moralidade para a eticidade . . . . .	245
V. MODERNIDADE E ETICIDADE – A IDEIA DA LIBERDADE E A TEORIA DA AUTODETERMINAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA . . . . .	253
1. A ideia da liberdade – Por uma fundação lógica do sistema da eticidade . . . . .	253
1.1 O silogismo como a forma universal do racional . . . . .	258
1.2 O descerramento [ <i>Auf-Schließen</i> ] do que está fechado [ <i>Ver-Schlossen</i> ] – Negatividade e vontade efetiva . . . . .	261
2. A estrutura fundamental – O “conceito prévio” . . . . .	265
2.1 “O conceito da liberdade torna-se o mundo da vontade” . . . . .	265
2.2 A unidade do ético objetivo e do ético subjetivo – Instituições éticas e autoconsciência ética . . . . .	267
2.3 A doutrina do dever . . . . .	271
2.4 O direito da universalidade, da particularidade e da singularidade . . . . .	273
VI. A FAMÍLIA – O PRIMEIRO ESTÁGIO DA ETICIDADE . . . . .	277
1. O pano de fundo lógico . . . . .	277
2. As três dimensões da comunidade familiar . . . . .	281
2.1 A família como comunidade de vida fundada no amor . . . . .	282
2.2 A família como comunidade de direito, de bens e de cuidado . . . . .	284
2.3 A família como uma comunidade de vida e criação . . . . .	286
3. A resolução da família – A abertura do encadeado . . . . .	292
4. A passagem da família para a sociedade civil burguesa . . . . .	293
VII. A SOCIEDADE CIVIL BURGUESA – A COMUNIDADE MODERNA DE MERCADO, DE FORMAÇÃO E DE SOLIDARIEDADE . . . . .	295
1. A “perda da eticidade” . . . . .	295

2.	A sociedade civil burguesa como “a eticidade perdida em seus extremos” . . . . .	296
3.	Os domínios da particularidade – A dependência generalizada na “comunidade da necessidade e do entendimento” . . . . .	300
4.	Os três estágios da <i>civil society</i> . . . . .	306
4.1	O primeiro estágio da sociedade civil burguesa: O sistema das carências – A sociedade industrial de mercado . . . . .	307
4.1.1	A espécie das carências e a ausência de medida . . . . .	317
4.1.2	A espécie do trabalho. . . . .	321
4.1.3	A riqueza universal e a participação justa na <i>wealth of nation</i> . . . . .	325
5.	O segundo estágio da sociedade civil burguesa: Ordenação jurídica, administração da justiça e a universalidade do direito . . . . .	332
6.	O terceiro estágio da sociedade civil burguesa: Taxação e regulamentação. . . . .	338
6.1	Fiscalização e assistência social – Cuidado e prevenção: O princípio do bem comum na <i>civil society</i> . . . . .	342
6.1.1	Fiscalização e regulação externa – A boa administração (“polícia”). . . . .	343
6.1.2	Pobreza e riqueza como um problema fundamental da sociedade civil burguesa . . . . .	345
6.1.3	Solidariedade e direito à assistência social – Fundamentos da concepção hegeliana de um Estado social . . . . .	351
6.1.4	Industrialização, globalização e o princípio do bem-comum – Pobreza global e a sociedade cosmopolita . . . . .	353
6.2	O direito ao bem-estar e o direito à resistência em caso de extrema necessidade . . . . .	360
6.3	“A posição de fora da lei” dos pobres e dos ricos – O desprezo à lei . . . . .	363
7.	A “segunda família” e o “pequeno Estado”: A corporação como associação profissional e como comuna. <i>Corporate identity</i> e a passagem da sociedade civil burguesa para o Estado . . . . .	369
VIII. O ESTADO – A “CIÊNCIA DO ESTADO” DE HEGEL COMO TEORIA MODERNA DA LIBERDADE E DA JUSTIÇA. . . . .		379
1.	O Estado como o edifício da liberdade – A forma objetiva da justiça . . . . .	379
2.	O Estado como a efetividade da ideia ética – O Estado como “ser-cidadão” ou “conjunto de cidadãos” . . . . .	384
3.	O Estado como um todo de três silogismos . . . . .	402
3.1	O direito estatal interno ou direito intraestatal . . . . .	409
3.1.1	O segundo sistema de três silogismos . . . . .	409
3.1.2	A superação da sociedade civil burguesa no Estado . . . . .	414
3.1.3	O Estado moderno como Estado da justiça . . . . .	419
3.1.4	Participação e inclusão – Permissividade e subsídio. A liberação da particularidade . . . . .	422
3.1.5	O Estado – Diversidade política e pluralidade. . . . .	424

SUMÁRIO

3.2	A consciência cidadã e a pluralidade das disposições de ânimo . . . . .	430
3.3	Liberdade e igualdade – A constituição racional do Estado como justiça existente	436
3.4	Constituição e liberdade política – O Estado como organismo político . . . . .	439
3.4.1	A <i>tríade política</i> – A teoria inovadora de Hegel sobre a divisão dos poderes . . . . .	441
3.4.2	Contra a letra das <i>Linhas Fundamentais</i> : Uma reformulação . . . . .	446
A)	O poder governamental, o executivo – O silogismo do ser-aí . . . . .	452
B)	O poder da última instância decisória – O silogismo da reflexão (U – S – P) . . . . .	458
C)	O poder legislativo e universal – o silogismo da necessidade (P – U – S) . . . . .	467
3.4.4	George Orwell e o Estado de vigilância e policial . . . . .	476
4.	Fundamentos de uma constituição democrática: Saber e formação democráticos . . . . .	477
4.1	Democracia e representação . . . . .	479
4.2	A concepção epistocrática e meritocrática de Hegel . . . . .	482
4.3	O poder legislativo e a medida do saber . . . . .	486
4.4	A opinião pública e as mídias – Um quarto poder? . . . . .	491
5.	<i>In Tyrannos!</i> – Estados de exceção e o direito à resistência . . . . .	493
6.	O sistema dos direitos e o catálogo de direitos fundamentais . . . . .	507
7.	O direito ou a majestade do saber – Estado e religião – Estado e ciência . . . . .	511
7.1	Religião, igreja e o Estado moderno . . . . .	511
7.2	<i>La religion et la terreur</i> – A crítica de Hegel ao fundamentalismo religioso . . . . .	518
7.3	<i>La liberté et la terreur</i> – A crítica de Hegel ao fundamentalismo político . . . . .	519
7.4	Religião – Ciência – Estado . . . . .	520
8.	O direito estatal externo – O princípio do reconhecimento na teoria de Hegel do direito internacional . . . . .	521
8.1	Reconhecimento formal abstrato e de conteúdo substancial . . . . .	540
8.2	A comunidade cosmopolita dos Estados particulares – A superação hegeliana do kantianismo . . . . .	545
9.	O direito cosmopolita e a efetividade global e universal da ideia ética – A história mundial como “desenvolvimento do conceito de liberdade” . . . . .	549
9.1	História mundial e espírito mundial (§ 340) . . . . .	554
9.2	O pensamento da história mundial como progresso da liberdade e o “fim da história” . . . . .	563
	RESUMO E PANORAMA . . . . .	573
	SIGLAS . . . . .	575
	CATÁLOGO LITERÁRIO . . . . .	579
	ÍNDICE ONOMÁSTICO . . . . .	595